

ELEIÇÃO CA ELETROSUL

# A DECISÃO É DOS TRABALHADORES!

Conforme amplamente divulgado, pelos canais da Empresa e nos meios de comunicação que dispõem as entidades sindicais, está em curso uma nova eleição para escolha dos Representantes dos Trabalhadores no Conselho de Administração da Eletrosul. Nunca é demais lembrar que esse processo está na sua terceira edição e só acontece graças à intervenção dos trabalhadores, através de suas entidades representativas, que obtiveram esta conquista; garantida em acordo coletivo de trabalho e outros instrumentos legais. Sem sombra de dúvida, uma conquista importante da classe trabalhadora, cuja origem deve ser rememorada e valorizada.

Desta vez duas chapas estão inscritas: a chapa 1, composta por Wanderlei Lenartowicz e Deunézio Cornelian Junior, e a chapa 2, composta por Marco Aurélio Chalegre dos Santos e Rafael de Souza Mendes. Como nas outras duas eleições, as entidades que compõem a Intersul, de forma explícita, estão apoiando uma candidatura: A chapa 1. O apoio dos sindicatos à chapa 1 está fundamentado na análise de alguns pressupostos como: o histórico de luta em defesa dos interesses da categoria, no comprometimento, seriedade e na transparência das ações. Estes pressupostos podem ser observados nos integrantes da chapa 1.

Além das suas capacidades pessoais, os compromissos assumidos e a postura adotada pelos conselheiros eleitos com apoio das entidades que compõem a Intersul nos dois mandatos anteriores, evidenciam a importância e a necessidade de que os Representantes dos Trabalhadores no Conselho de Administração, estejam articulados com as entidades representativas da categoria e também possam atuar em outras instâncias que interferem nos interesses dos trabalhadores, como coletivos sindicais, dos conselheiros eleitos do Grupo Eletrobras, Parlamento e a Plataforma Operária e Camponesa para Energia. Como exemplo da importância deste tipo de articulação, citamos o episódio da tentativa de alteração dos estatutos das empresas da Eletrobras, ocorrido no ano passado. Em função da articulação entre os conselheiros eleitos e as entidades representativas da categoria, os sindicatos que compõem a Intersul mobilizaram os trabalhadores e conseguiram impedir alterações estatutárias, que se fossem consumadas trariam prejuízos aos empregados, bem como às empresas do Grupo Eletrobras. Neste ato, ficou claro que os papéis de dirigente sindical e de conselheiro eleito não se confundem, mas se complementam. O que coube aos conselheiros eleitos foi feito, o que era de responsabilidade das direções sindicais foi encaminhado e o que dependia da participação dos empregados, foi realizado.

O modelo de representação dos trabalhadores no Conselho de Administração, já experimentado nos mandatos anteriores, está absolutamente identificado com os integrantes da chapa 1, Wanderlei e Deunézio, como pode ser verificado nos seus compromissos e propostas divulgadas na campanha atual. Wanderlei integrou os mandatos anteriores participando ativamente de todas as ações dos conselheiros eleitos, e Deunézio possui também um histórico de atuação em defesa dos trabalhadores. Estes motivos, dentre outros, fundamentaram o apoio dos sindicatos que compõem à Intersul chapa 1.

Todavia, como já ocorreu nas eleições anteriores, mais uma vez está na mão dos trabalhadores decidir quem, em sua opinião, melhor poderá defender de fato, os interesses da categoria nessa importante instância representativa. São os empregados da Eletrosul que elegerão, através do voto direto, nos dias 25 e 26 de fevereiro (terça e quarta-feira próximas) os seus representantes no Conselho de Administração. A Intersul convida a todos para assistirem o debate entre as duas chapas inscritas, que ocorrerá dia 24, segunda-feira, às 09h30min, no auditório da sede da Eletrosul (tartarugão), com transmissão ao vivo por videoconferência para as áreas descentralizadas.



**O SETOR ELÉTRICO,  
OS APAGÕES E AS  
ELEIÇÕES**

PG 2

**INTERCEL  
RECORRERÁ DE  
DECISÃO JUDICIAL**

PG 2 - 3

**PERICULOSIDADE E  
SOBREAVISO SERÃO  
DEBATIDOS EM  
GRUPO**

PG 2 - 3



## O SETOR ELÉTRICO, OS APAGÕES E AS ELEIÇÕES

Sem sombra de dúvida, o setor elétrico é um dos temas centrais do debate eleitoral de 2014 que já está na rua. Se em 2002 a política de privatização do governo FHC e antecessores serviu de munição de ataque para o candidato Luís Inácio Lula da Silva (PT) contra José Serra (PSDB); em 2014, o tema volta com força total. Só para lembrar, o apagão de 2001, que afetou o fornecimento e distribuição de energia elétrica no Brasil, não só esquentou o tom da campanha eleitoral no ano seguinte como, segundo auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), publicada em 15 de julho de 2009, gerou um prejuízo ao Tesouro de R\$ 45,2 bilhões.

Onze anos após a "crise do apagão" que, dentre outras razões, serviu para ajudar a eleger o presidente Lula, o tema Energia volta a ganhar evidência notadamente com a publicação da MP 579 de 11/09/2012.

Esta MP dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, a modicidade tarifária, e dá outras providências. A MP 579, convertida na Lei nº 12.783, de 2013, gerou grande polêmica com prós e contras entre especialistas do setor e de parlamentares de todas as matizes partidárias. Cada qual buscou tirar proveito da situação. Uma ala elogiava a atitude do Governo Federal, outra a atacava buscando desgastá-lo politicamente; mesmo com o discurso da presidenta Dilma de que a MP vinha para baixar a tarifa de energia à população.

No entanto, mesmo antes disso, o setor de energia elétrica já vinha ganhando espaço na mídia com os frequentes apagões e virou motivo de troca de farpas entre políticos de esquerda, de centro e de direita. Segundo levantamento do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE) de janeiro de 2011 até 04/02/2014 foram registrados 181 apagões no país, considerando todas as falhas de energia, independentemente do tamanho da área afetada, do período ou da carga interrompida. Ou seja, algo de grave está acontecendo com um dos mais importantes setores para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, e exige uma mudança de paradigma.

Para atender diversos interesses, as empresas estatais são usadas através de vários mecanismos, como a terceirização, as Parcerias Público-Privadas (PPP) e as Sociedades de Propósito Específico (SPE); ou seja, novas formas de privatização. Nessa lógica o que continua falando mais alto é o poder de influência, é o dinheiro. Infelizmente, a energia elétrica que deve ser um bem público, acessível a todos, se transformou em mais uma mercadoria a serviço do lucro das grandes corporações.

Especulações partidárias à parte, o que os trabalhadores e suas entidades representativas exigem é um projeto energético popular comprometido com os interesses maiores do país e do povo brasileiro. É disso que devem se ocupar aqueles que foram eleitos e os que serão em 2014, com a promessa de melhorar as condições de vida da população.

### CELOS

## REVALIDAÇÃO UNIVERSITÁRIOS

Vence dia 28/02 o Plano Celos Saúde dos dependentes universitários, com idade entre 21 e 25 anos. Até 28/02 deve ser enviada para a CELOS a declaração de matrícula do 1º semestre de 2014, pois em 01/03 haverá a exclusão automática dos que não confirmarem a condição de universitários. Para os

dependentes que completarem 25 anos ou concluírem o curso de graduação, há a opção do Plano Celos Saúde Agregados. A inscrição deve ser feita pelo autoatendimento do Portal, no menu: Saúde/Agregados/For-mulários/Inscrição. Também no menu está disponível o Manual do Plano, a tabela

de valor das mensalidades e a tabela de carências, que são devidas quando o dependente fica mais de 30 dias fora do Plano. Em caso de dúvida, consulte o autoatendimento do Portal da CELOS na internet ([www.celos.com.br](http://www.celos.com.br)), ou entre em contato através do 0800-483030.

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricários de SC  
 Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Dirceu Simas  
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | (047) 3028-2161 | E-mail: [sindsc@terra.com.br](mailto:sindsc@terra.com.br)  
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.  
[www.sindsc.blogspot.com](http://www.sindsc.blogspot.com) | [www.sinergia.org.br](http://www.sinergia.org.br) | [www.sintresc.com.br](http://www.sintresc.com.br) | [www.intersul.org.br](http://www.intersul.org.br)

# INTERCEL RECORRERÁ DE DECISÃO JUDICIAL

## JUSTIÇA ACEITA RECURSO DE EX-PRESIDENTE DA CELESC EM PROCESSO DE DANO MORAL

Na última semana repercutiu nos jornais a notícia de que o ex-presidente da Celesc, Paulo Ernani da Cunha Tatim, ganhou uma ação de danos morais contra os sindicatos que compõem a Intercel. Tatim foi presidente da Celesc entre 1995 e 1997, anos de chumbo das privatizações, e teve um grande embate com os trabalhadores e com os sindicatos.

A visão privatista que dominava a ideologias dos governantes da época conseguiu privatizar grande parte de setor elétrico nacional e as mais atingidas foram as distribuidoras de energia. Neste contexto, os trabalhadores e entidades sindicais fizeram uma grande campanha, não só contra a privatização, mas contra a ingerência política e o "assalto" aos cofres das empresas públicas. Várias denúncias foram feitas pelos sindicatos e os trabalhadores mobilizaram-se com paralisações e protestos.

No final, os trabalhadores alcançaram duas vitórias: a Celesc permanece pública até hoje e Paulo Tatim não conseguiu se eleger Deputado Federal por conta da campanha feita pelos eletricitários catarinenses. As denúncias feitas pelo sindicato custaram mais do que a eleição de Tatim. De acordo com a decisão do TCE foi obrigado a devolver dinheiro para a Celesc.

Tatim entrou com ação contra os sindicatos da Intercel por dano moral e, mesmo com as denúncias feitas pela Intercel sendo procedentes, os juízes concluíram que houve dano moral e estipularam multa. Os sindicatos da Intercel irão recorrer da decisão.

## TATIM X TRABALHADORES E EMPRESA PÚBLICA

A história deste confronto é a história da maior luta dos celesquianos. Em meados dos anos noventa, o Governador do Estado era Paulo Afonso Vieira. Tatim foi nomeado presidente da Celesc e deu prosseguimento à cartilha neoliberal do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso: retirada de direitos dos trabalhadores e privatização das empresas públicas. Em 1995 os trabalhadores tiveram uma prévia do enfren-

tamento com 14 dias de greve e o Acordo Coletivo fechado com intervenção da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). 1996 marcou a maior greve da história da Celesc. Por 19 dias os trabalhadores paralisaram as atividades contra a retirada de direitos encaminhada por Tatim. Ao final, a greve conquistou a garantia de emprego, mas perdeu direitos para novos trabalhadores, que só recentemente foram recuperados.

Os sindicatos se organizaram contra as privatizações no Movimento Unificado contra as Privatizações (MUCAP), percorrendo todo o estado.

Em 1997 estourou o escândalo das Letras, no governo Paulo Afonso. Tatim deixou a presidência da Celesc com fortes intenções eleitorais, sendo substituído por Oscar Falk, um dos implicados no escândalo das Letras.

### CELESC

## PERICULOSIDADE E SOBREAVISO SERÃO DEBATIDOS EM GRUPO COM TRABALHADORES

Os sindicatos que compõem a Intercel estiveram reunidos com a Diretoria da empresa, no último dia 13, para retomar o debate sobre as alterações no pagamento da periculosidade e cobertura do sobreaviso, propostos pela empresa no fim de 2013 e rejeitados pelos trabalhadores com ampla manifestação.

A diretoria, que ao final do ano passado havia suspenso por 2 meses a deliberação para debate, suspendeu novamente por 60 dias, a partir de 1º de março, já que neste meio tempo não houve tratativas por conta do caos no Planalto Norte.

A diretoria, entretanto, sinalizou que a periculosidade fixa está com os dias contados e propôs o debate através de um grupo de estudos composto por trabalhadores, representantes da empresa e dirigentes sindicais.

Ainda nesta reunião os sindicatos aproveitaram para deba-

ter a comunicação "Controle Orçamentário de Horas Extras e Sobreaviso", encaminhada pela empresa aos trabalhadores. Os sindicatos deixaram claro que não aceitam um comunicado onde se dá o entendimento que, se faltar gestão do orçamento por parte dos administradores os trabalhadores não recebam o pagamento das horas trabalhadas.

**"A diretoria, que ao final do ano passado havia suspenso por 2 meses a deliberação para debate, suspendeu novamente por 60 dias, a partir de 1º de março, já que neste meio tempo não houve tratativas por conta do caos no Planalto Norte"**

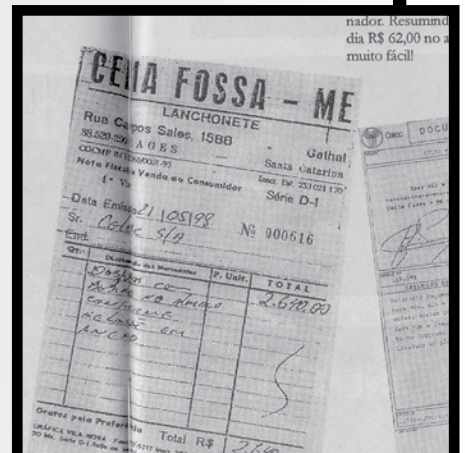
Outro ponto foi a menção de uma possível utilização do acordo de compensação de horas como alternativa ao pagamento das horas extras realizadas. Os dirigentes sindicais lembraram que o Sistema de Compensação vigente não autoriza compensação de horas convocadas pela empresa, mas apenas horas realizadas por interesse do empregado, com comunicação prévia à chefia. A diretoria afirmou que irá rever o documento para que este se adeque ao ACT e não gere um passivo trabalhista.

## DENÚNCIAS E RESSARCIMENTO

Os sindicatos da Intercel entraram com várias representações contra o presidente da Celesc no Tribunal de Contas do Estado. Uma referente a despesas telefônicas efetuadas pelo comitê eleitoral do PMDB da cidade de Lages, na campanha de Tatim, com celular de propriedade da Celesc. De acordo com o LV nº 506 (6 de maio de 1999), o TCE condenou ao pagamento de multa "pelo não atendimento dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade".

**"Outras duas representações também tramitam no TCE, buscando o ressarcimento cerca de R\$ 440 mil"**

Outras duas representações também tramitam no TCE, buscando o ressarcimento cerca de R\$ 440 mil. O valor representa a soma de aproximadamente R\$ 432 mil de repasses feitos no mês de abril de 1998 às prefeituras de Bom Retiro, Ponte Alta, Anita Garibaldi e Urubici por conta do recolhimento da Taxa de Iluminação Pública (denúncia no LV 470 de 06 de agosto de 1998); com R\$ 9.862,00 gastos com um churrasco na Ponte do Lava Tudo, em São Joaquim, para 1.200 pessoas (das quais apenas 160 compareceram), no dia 21 de maio 98, em comemoração a inaugurações de obras do programa Viva Luz.



Notas do churrasco pago pela Celesc, publicadas no Linha Viva da época

## "FALTA ALGUMA COISA NA CELESC: MORALIDADE"



Segundo notícia do Linha Viva 477, de 24 de setembro de 1998, Tatim processou os sindicatos da Intercel afirmando que as denúncias eram "calúnias e inverdades" e que a campanha "Falta Alguma Coisa na Celesc: Moralidade" estava prejudicando sua campanha. Tatim não se elegeu e ainda teve que devolver o dinheiro que foi usado na campanha para a empresa. Com os fatos apurados, os sindicatos que compõem a Intercel recorrerão da decisão da justiça.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região – SINERGIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA todos os associados da base territorial do Sindicato, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 24.02.2014 (segunda-feira), às 17h30min. em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às 18h00min., em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, no auditório do SINERGIA, sito à Rua Lacerda Coutinho, nº. 149 – Centro – Florianópolis/SC, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- 01 – Informes;
- 02 – Prestação de contas 2013;
- 03 – Previsão orçamentária para 2014.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2014.

Nivaldo Lang  
 Diretor de Finanças e Administração

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis  
 Telefone (0xx48) 38793011 Fax:(0xx48) 38793011 Email: [sinergia@sinergia.org.br](mailto:sinergia@sinergia.org.br) Site:[www.sinergia.org.br](http://www.sinergia.org.br)  
 Rua: Lacerda Coutinho, 149 Cx.Postal 1449 CEP: 88015030 Florianópolis/SC



# SE EU DOMINASSE O MUNDO



"Minha próxima medida seria reduzir o padrão de vida de meus sujeitos. Por que? Aqui sigo a lição do pequeno romance de Ismail Kadare, *A pirâmide*, em que o faraó egípcio Quéops anuncia que não quer construir uma pirâmide, como seus predecessores. Alarmados com essa posição, seus conselheiros insistem que construir pirâmides é crucial para preservar sua autoridade, pois é uma forma de manter seu povo pobre e distraído, portanto obediente"

No thriller *Havana Bay*, de Martin Cruz Smith, um visitante americano se vê enredado numa trama contra Fidel Castro, mas depois descobre que ela tinha sido organizada pelo próprio Castro. Castro está perfeitamente ciente do crescente descontentamento com seu governo, mesmo na mais alta cúpula de seus funcionários, então a cada dois anos ele encarrega um agente secreto de organizar um complô para derrubá-lo, a fim de extirpar seus funcionários desleais. Assim, no momento em que o plano está prestes a ser executado, os dissidentes são presos e liquidados.

Essa é a primeira coisa que faria para assegurar meu reino se eu dominasse o mundo – até Deus faz isso em *O homem*

que era quinta-feira, de G.K. Chesterton, então não estaria em má companhia!

Minha próxima medida seria reduzir o padrão de vida de meus sujeitos. Por que? Aqui sigo a lição do pequeno romance de Ismail Kadare, *A pirâmide*, em que o faraó egípcio Quéops anuncia que não quer construir uma pirâmide, como seus predecessores. Alarmados com essa posição, seus conselheiros insistem que construir pirâmides é crucial para preservar sua autoridade, pois é uma forma de manter seu povo pobre e distraído, portanto obediente.

Quéops reconhece a sugestão de seus conselheiros, que passam então a examinar opções diferentes de diminuir a prosperidade dos cidadãos: envolver Egito numa Guerra com seus vizinhos, por exemplo, ou trazer à tona uma catástrofe natural (como interromper o fluxo regular do Nilo, prejudicando a agricultura). Mas essas opções são rejeitadas como perigosas demais (o Egito poderia perder a guerra, as catástrofes naturais poderiam levar a um caos incontrolável).

Retornam então à ideia de erguer uma pirâmide tão grande que sua construção mobilizaria os recursos de todo o país e minaria as energias de sua população, mantendo todos na linha. O projeto deixa o país em um estado de emergência por duas décadas – a polícia secreta ocupada investigando sabotagens, organizando detenções pseudo-stalinistas, confissões públicas e execuções. Eu tentaria encontrar uma missão semelhante, mais apropriada aos nossos tempos, como investir quantias astronômicas de dinheiro em expedições humanas a Marte e a outros planetas.

Para financiar esses projetos públicos extravagantes, decretaria leis incentivando o fumo. Fumantes pesados morrem mais cedo – imagine só quanto o Estado deixaria de gastar em aposentadoria e saúde. Sob meu domínio, em estilo soviético, todo fumante que consumir no mínimo dois maços por dia pagaria menos impostos e receberia uma medalha especial como Herói Público de Consolidação Financeira.

Ademais, para manter a moralidade pública e reduzir a depravação sexual, acrescentaria educação sexual obrigatória ao currículo da escola primária. Essas aulas adotariam a abordagem esboçada na famosa cena de *O sentido da vida*, de Monty Python, em que um professor avalia os conhecimentos de seus alunos em como excitar uma mulher. Revelados como inexperientes no assunto, os alunos, envergonhados, evitam o olhar do professor e gaguejam ao responder. O professor os repreende por não praticarem a matéria em casa e, com a ajuda de sua mulher, demonstra a penetração do pênis na vagina. Um dos alunos lança um olhar furtivo pela janela e o professor lhe pergunta sarcasticamente: "Gostaria de nos contar o que há de tão interessante lá fora no pátio?" Tal educação certamente estragaria o prazer do sexo por gerações.

Por fim – mas não menos importante –, para garantir que as pessoas tratassem umas às outras de forma educada e gentil, instituiria uma regra obrigando que, antes de cada conversa, haja um período ritualizado de insultos vulgares. Por que? Mas isso não seria contrário ao senso comum, que nos diz que só podemos apelar ao xingamento descarado quando, no meio de uma conversa educada, ficamos realmente de saco cheio e incapazes de conter nossa frustração? Mas aqui o senso comum está errado (como costuma ser o caso).

Tenho um ritual com alguns de meus bons amigos: quando nos encontramos, iniciamos durante os primeiros cinco minutos uma rotinizada sessão de xingamentos grosseiros e sem pudor, ofendendo uns aos outros. Aí, depois de nos cansarmos, reconhecemos com uma breve troca de olhares que esse enfadonho mas inevitável ritual introdutório chegou ao fim e, com o grande alívio de ter cumprido com o dever, relaxamos e começamos a conversar de forma normal e educada, como as pessoas gentis e atenciosas que realmente somos. Impor tal ritual em todas as pessoas garantiria a paz e o respeito mútuo.

Acha que essas são meras piadas extravagantes? Pense de novo: já não vivemos em um mundo como esse?

por Slavoj Zizek

